



Documentos necessários para requerer as Licenças Municipais: Prévia (LMP), Regularização (LMAR), Única (LMU), Autorização Municipal Ambiental (AMA) ou Licença Municipal Simplificada (LMS)

1	Formulário de requerimento devidamente preenchido e assinado/rubricado em todas as folhas, conforme modelo constante no Anexo III;
2	Formulário de enquadramento de atividade, devidamente preenchido e assinado/rubricado em todas as folhas, conforme modelo constante no Anexo III;
3	Formulário de caracterização referente à atividade devidamente preenchido, assinado/rubricado em todas as folhas, e específico para a atividade fim, além do(s) Formulário(s) da(s) atividade(s) intermediária(s), para atividades enquadradas como Classe I.
4	Comprovante de pagamento da taxa correspondente ao Licenciamento Ambiental.
5	Plano de Controle Ambiental de acordo com termo de referencia do Anexo XVII, para atividades enquadradas como Classe II, III e IV.
6	Publicação no diário oficial do município informando que requereu o licenciamento, conforme modelo disponibilizado pela SEMDERIMA. A publicação deverá ser encaminhada para o email: diario.oficial@rionovodosul.es.gov.br e apresentada à SEMDERIMA para início da análise do processo.
7	Certidão Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Secretaria Municipal de Finanças;
8	Documento de identidade e CPF do representante legal que assinar o requerimento;
9	Documentos referentes à formalização/constituição da pessoa jurídica, quando for o caso, conforme exemplos: Contrato Social (Primitivos/Consolidados e respectivas alterações) ou Certificado de micro-empresendedor Individual ou Declaração de Firma Individual ou Estatuto Social, Ata de Fundação (registrada em cartório) ou outro documento de igual valor;
10	Certidão atualizada do imóvel, Contrato de Arrendamento, Contrato de Locação ou outro documento legal semelhante;
11	Projetos pertinentes à atividade/empreendimento a ser licenciado;
12	Original da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), do profissional subscrito, com atribuição e certificação do órgão de classe, para cada projeto específico (No preenchimento da ART, no campo disponível para descrição do serviço, deverá constar menção explícita à elaboração e/ou adaptação dos projetos referentes ao controle ambiental do empreendimento, incluindo os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Planos de Contingência e Emergência, se couber).



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Rural, Industrial e Meio Ambiente

Versão 1.2

13

Em caso de imóvel rural, comprovante de requerimento do Cadastro Ambiental Rural . CAR;

14

Outros que o órgão ambiental municipal julgar necessário.

Obs. 1: No ato da apresentação, o interessado deverá entregar os documentos na ordem especificada nesta lista e os requerimentos formalizados inobservado qualquer item obrigatório, ou que estejam acompanhados de formulários ou documentos desatualizados ou alterados em seu modelo original, estão sujeitos ao indeferimento, dando-se a análise como concluída. Assim, para nova análise o interessado deverá abrir novo protocolo efetuando a quitação de nova taxa.

Obs. 2: Ressalta-se que nenhum formulário ou modelo poderá ser alterado a fim de ter parte de seu texto original removido ou editado, sob pena de incorrer em crime nos termos do art. 297 do Decreto Lei no 2848, de 07 de dezembro de 1940.



**Documentos necessários para requerer as Licenças Municipais:
Instalação (LMI) ou Operação (LMO)**

1	Formulário de requerimento devidamente preenchido e assinado/rubricado em todas as folhas, conforme modelo constante no Anexo III;
2	Formulário de enquadramento de atividade, devidamente preenchido e assinado/rubricado em todas as folhas, conforme modelo constante no Anexo III;
3	Para o requerimento de Licença Municipal de Instalação (LMI): apresentação do cumprimento de condicionantes da Licença Municipal Prévia (LMP);
4	Para o requerimento de Licença Municipal de Operação (LMO): apresentação do cumprimento de condicionantes da Licença Municipal de Instalação (LMI) e relatório final da implantação das medidas de controle ambiental;
5	Comprovante de pagamento da taxa correspondente ao Licenciamento Ambiental.
6	Publicação no diário oficial do município informando que requereu o licenciamento, conforme modelo disponibilizado pela SEMDERIMA. A publicação deverá ser encaminhada para o email: diario.oficial@rionovodosul.es.gov.br e apresentada à SEMDERIMA para início da análise do processo.
7	Certidão Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Secretaria Municipal de Finanças;
8	Documento de identidade e CPF do representante legal que assinar o requerimento;
9	Documentos referentes à formalização/constituição da pessoa jurídica, quando for o caso, conforme exemplos: Contrato Social (Primitivos/Consolidados e respectivas alterações) ou Certificado de micro-empendedor Individual ou Declaração de Firma Individual ou Estatuto Social, Ata de Fundação (registrada em cartório) ou outro documento de igual valor;
10	Outros que o órgão ambiental municipal julgar necessário.

Obs. 1: No ato da apresentação, o interessado deverá entregar os documentos na ordem especificada nesta lista e os requerimentos formalizados inobservado qualquer item obrigatório, ou que estejam acompanhados de formulários ou documentos desatualizados ou alterados em seu modelo original, estão sujeitos ao indeferimento, dando-se a análise como concluída. Assim, para nova análise o interessado deverá abrir novo protocolo efetuando a quitação de nova taxa.

Obs. 2: Ressalta-se que nenhum formulário ou modelo poderá ser alterado a fim de ter parte de seu texto original removido ou editado, sob pena de incorrer em crime nos termos do art. 297 do Decreto Lei no 2848, de 07 de dezembro de 1940.

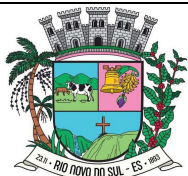


Documentos necessários para requerer renovação ou prorrogação de Licenças Municipais

1	Formulário de requerimento devidamente preenchido e assinado/rubricado em todas as folhas, conforme modelo constante no Anexo III;
2	Formulário de enquadramento de atividade, devidamente preenchido e assinado/rubricado em todas as folhas, conforme modelo constante no Anexo III;
3	Planilha de acompanhamento das condicionantes da licença, demonstrando o seu cumprimento;
4	Comprovante de pagamento da taxa correspondente ao Licenciamento Ambiental.
5	Publicação no diário oficial do município informando que requereu o licenciamento, conforme modelo disponibilizado pela SEMDERIMA. A publicação deverá ser encaminhada para o email: diario.oficial@rionovodosul.es.gov.br e apresentada à SEMDERIMA para início da análise do processo.
6	Certidão Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Secretaria Municipal de Finanças;
7	Documento de identidade e CPF do representante legal que assinar o requerimento;
8	Documentos referentes à formalização/constituição da pessoa jurídica, quando for o caso, conforme exemplos: Contrato Social (Primitivos/Consolidados e respectivas alterações) ou Certificado de micro-empendedor Individual ou Declaração de Firma Individual ou Estatuto Social, Ata de Fundação (registrada em cartório) ou outro documento de igual valor;
9	Original da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), do profissional subscrito, com atribuição e certificação do órgão de classe, para cada projeto específico (No preenchimento da ART, no campo disponível para descrição do serviço, deverá constar menção explícita à elaboração e/ou adaptação dos projetos referentes ao controle ambiental do empreendimento, incluindo os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Planos de Contingência e Emergência, se couber).
10	Outros que o órgão ambiental municipal julgar necessário.

Obs. 1: No ato da apresentação, o interessado deverá entregar os documentos na ordem especificada nesta lista e os requerimentos formalizados inobservado qualquer item obrigatório, ou que estejam acompanhados de formulários ou documentos desatualizados ou alterados em seu modelo original, estão sujeitos ao indeferimento, dando-se a análise como concluída. Assim, para nova análise o interessado deverá abrir novo protocolo efetuando a quitação de nova taxa.

Obs. 2: Ressalta-se que nenhum formulário ou modelo poderá ser alterado a fim de ter parte de seu texto original removido ou editado, sob pena de incorrer em crime nos termos do art. 297 do Decreto Lei no 2848, de 07 de dezembro de 1940.



Documentos necessários para requerer Dispensa de Licenciamento Ambiental

1	Formulário de requerimento devidamente preenchido e assinado/rubricado em todas as folhas, conforme modelo constante no Anexo V;
2	Certidão Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Secretaria Municipal de Finanças;
3	Documento de identidade e CPF do representante legal que assinar o requerimento;
4	Certidão atualizada do imóvel, Contrato de Arrendamento, Contrato de Locação ou outro documento legal semelhante;
5	Em caso de imóvel rural, comprovante de requerimento do Cadastro Ambiental Rural . CAR;
6	Outros que o órgão ambiental municipal julgar necessário.

Obs. 1: No ato da apresentação, o interessado deverá entregar os documentos na ordem especificada nesta lista e os requerimentos formalizados inobservado qualquer item obrigatório, ou que estejam acompanhados de formulários ou documentos desatualizados ou alterados em seu modelo original, estão sujeitos ao indeferimento, dando-se a análise como concluída. Assim, para nova análise o interessado deverá abrir novo protocolo.

Obs. 2: Ressalta-se que nenhum formulário ou modelo poderá ser alterado a fim de ter parte de seu texto original removido ou editado, sob pena de incorrer em crime nos termos do art. 297 do Decreto Lei no 2848, de 07 de dezembro de 1940.

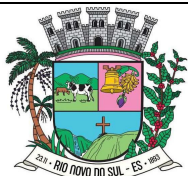


Documentos necessários para requerer Anuência Prévia Municipal (APM)

1	Formulário de requerimento devidamente preenchido e assinado/rubricado em todas as folhas, conforme modelo constante no Anexo V;
2	Croqui com o polígono da área total do empreendimento com vértices georreferenciados no DATUM SIRGAS 2000;
3	Certidão Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Secretaria Municipal de Finanças;
4	Documento de identidade e CPF do representante legal que assinar o requerimento;
5	Comprovante de pagamento da taxa correspondente ao Licenciamento Ambiental;
6	Certidão atualizada do imóvel, Contrato de Arrendamento, Contrato de Locação ou outro documento legal semelhante;
7	Em caso de imóvel rural, comprovante de requerimento do Cadastro Ambiental Rural . CAR;
8	Licença Ambiental expedida por outro ente federativo, quando o empreendimento possuir;
9	Outros que o órgão ambiental municipal julgar necessário.

Obs. 1: No ato da apresentação, o interessado deverá entregar os documentos na ordem especificada nesta lista e os requerimentos formalizados inobservado qualquer item obrigatório, ou que estejam acompanhados de formulários ou documentos desatualizados ou alterados em seu modelo original, estão sujeitos ao indeferimento, dando-se a análise como concluída. Assim, para nova análise o interessado deverá abrir novo protocolo.

Obs. 2: Ressalta-se que nenhum formulário ou modelo poderá ser alterado a fim de ter parte de seu texto original removido ou editado, sob pena de incorrer em crime nos termos do art. 297 do Decreto Lei no 2848, de 07 de dezembro de 1940.



Documentos necessários para Alterações Cadastrais / Mudança de Titularidade

1	Formulário de requerimento devidamente preenchido e assinado/rubricado em todas as folhas, conforme modelo constante no Anexo V;
2	Documentos que comprovem as alterações cadastrais;
	Documentos referentes à formalização/constituição da pessoa jurídica, quando for o caso, conforme exemplos: Contrato Social (Primitivos/Consolidados e respectivas alterações) ou Certificado de Microempreendedor Individual ou Declaração de Firma Individual ou Estatuto Social, Ata de Fundação (registrada em cartório) ou outro documento de igual valor;
3	Certidão Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Secretaria Municipal de Finanças;
4	Documento de identidade e CPF do representante legal que assinar o requerimento;
5	Comprovante de pagamento da taxa correspondente ao Licenciamento Ambiental;
6	Certidão atualizada do imóvel, Contrato de Arrendamento, Contrato de Locação ou outro documento legal semelhante;
7	Na retirada da Licença alterada devolver a Licença Ambiental ou Autorização Ambiental anterior (original).
9	Outros que o órgão ambiental municipal julgar necessário.

Obs. 1: No ato da apresentação, o interessado deverá entregar os documentos na ordem especificada nesta lista e os requerimentos formalizados inobservado qualquer item obrigatório, ou que estejam acompanhados de formulários ou documentos desatualizados ou alterados em seu modelo original, estão sujeitos ao indeferimento, dando-se a análise como concluída. Assim, para nova análise o interessado deverá abrir novo protocolo.

Obs. 2: Ressalta-se que nenhum formulário ou modelo poderá ser alterado a fim de ter parte de seu texto original removido ou editado, sob pena de incorrer em crime nos termos do art. 297 do Decreto Lei no 2848, de 07 de dezembro de 1940.